



UM NOVO CONTRATO SOCIAL NA EUROPA

INDICE

Sumário Executivo	2
Trabalhadores europeus necessitam de um Novo Contrato Social	
Introdução	4
O Novo Contrato Social para a Europa: As exigências da CES	5
▶ Mais e melhores empregos: O investimento num vasto plano europeu de relançamento	5
▶ Mais segurança: Sistemas de protecção social mais fortes	6
▶ Mais segurança: Direitos laborais mais fortes e o fim do predomínio do princípio do “mercado livre” sobre os direitos de actuação e de organização dos trabalhadores	7
▶ As exigências da CES	8
▶ Melhores salários: O reforço da negociação colectiva	9
▶ Solidariedade europeia como protecção contra os excessos do capitalismo financeiro	10
▶ Um Banco Central Europeu independente e imparcial empenhado também na criação de mais e melhores empregos	12

Sumário Executivo

O predomínio do modelo de economia neoliberal ao longo dos últimos 30 anos está na origem da catástrofe económica com que se confrontam actualmente a Europa e o resto do Mundo. Os abusos, amplamente praticados pelo sector financeiro configuram a versão actual dum processo de alquimia. Durante muito tempo, a prudência foi ignorada, assim como a ganância e a especulação estiveram na ordem do dia em Wall Street, Londres e noutros grandes centros financeiros. As consequências do colapso foram o aumento galopante das desigualdades, o crescimento dos empregos precários e a pressão para diminuir o papel dos Estados-Providência, dos direitos dos trabalhadores/as e da negociação colectiva. A isto, em muitos países, juntam-se agora o crescimento do desemprego, a redução das despesas públicas e a quebra da procura.

Para fazer face a esta situação, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) exige um Novo Contrato Social como motor para alcançar a justiça social e mais e melhores empregos.

A CES, enquanto parceiro-chave ao nível europeu, está determinada em participar nas discussões e na implementação das políticas sociais e do emprego, na **ofensiva por um Novo Contrato Social na Europa. A CES exige:**

Mais e melhores empregos: investimento num vasto programa de relançamento europeu para impulsionar o crescimento e o emprego. A CES apela ao Conselho Europeu e à Comissão para desenvolverem um plano de investimento europeu num total de 1% do PIB por ano, para criar mais e melhores empregos, promover a inovação, a investigação e o desenvolvimento, apoiar o emprego em sectores-chave, o investimento em novas tecnologias verdes e sustentáveis e para assegurar serviços públicos essenciais.

Sistemas de protecção social mais fortes para garantir mais segurança e evitar a exclusão social. A CES exige uma Agenda Social Europeia forte e com conteúdo, a fim de assegurar a manutenção dos postos de trabalho bem remunerados, garantindo igualmente a protecção dos trabalhadores/as bem como uma adequada formação.

Reforço dos direitos dos trabalhadores e o fim do predomínio dos princípios de mercado de curto-prazo. São necessários direitos fortes para pôr termo à tendência crescente das desigualdades. A CES exige um Protocolo de Progresso Social que dê prioridade aos direitos sociais, a uma acção colectiva e a uma Directiva sobre o destacamento dos trabalhadores mais forte. A CES reivindica, ainda, uma participação eficaz dos trabalhadores e uma organização democrática das empresas. Direitos laborais mais fortes são particularmente urgentes para travar o aumento das diferentes formas de trabalho atípico e precário.

Melhores salários: o reforço da negociação colectiva. Rejeitamos o congelamento e os cortes salariais. É fundamental que com a queda da procura se proteja o poder de compra. Desta forma, a CES defende o reforço da negociação colectiva e a criação de sistemas de formação de salários conjuntamente com o BCE, comprometendo-se este na criação de mais e melhores empregos. O BCE deve empenhar-se no crescimento e no pleno emprego e não apenas na estabilidade dos preços. A CES exige que o BCE implemente um conselho consultivo com a participação dos parceiros sociais europeus.

Solidariedade europeia como protecção contra os excessos do capitalismo financeiro. É crucial, uma regulação efectiva dos mercados financeiros, uma distribuição justa da riqueza, o não retorno “ao capitalismo casino” ou ao “o lucro primeiro” dos mercados financeiros, nos últimos 20 anos. A CES reclama um aumento significativo que permita alargar as actividades dos fundos estruturais europeus, nomeadamente do Fundo Social Europeu e do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. É, também necessário, combater a concorrência fiscal derivada da desregulação dos mercados porque esta representa uma ameaça para a Europa Social.

Introdução

Estamos numa encruzilhada da história. As eleições do próximo dia 7 de Junho para o Parlamento Europeu terão como pano de fundo a pior recessão económica desde a Grande Depressão, em 1930. No rescaldo da Grande Depressão, foram criadas as condições e as instituições julgadas necessárias não só para garantir que tal não voltaria a repetir-se mas também como forma de alcançar um longo período de crescimento económico. Promoveu-se a negociação colectiva, o diálogo social e organizações sindicais fortes e os sistemas de protecção social foram reforçados para que os benefícios do progresso económico fossem partilhados por todos. A Comunidade Económica Europeia foi fundada para reforçar a cooperação na Europa Ocidental.

Que recordações terão desta crise as gerações futuras? Lembrar-se-ão que os governos tomaram medidas importantes para prevenir esta recessão, evitando que esta se tornasse numa crise devastadora para o emprego? Que os políticos, finalmente, assumiram a responsabilidade de travar o modelo do “capitalismo casino”, caracterizado pelos riscos excessivos, pela ganância das empresas e pela especulação? Ou encararão 2009 como o ano em que foi desperdiçada a oportunidade de travar o crescimento da crise devido a uma obediência cega a crenças económicas obsoletas e ultrapassadas? Ir-se-ão lembrar que a Europa foi incapaz de unir esforços para sair da crise, reforçar a coesão social e de onde falhámos para recuperar e fortalecer os direitos dos trabalhadores/as e a negociação colectiva?

A CES, que representa milhões de trabalhadores na Europa, reclama um Novo Contrato Social com o objectivo de ajudar a a Europa a sair da crise fazendo-a emergir com uma economia e uma sociedade mais sólidas, mais equitativas, baseadas na justiça e na coesão social, criando mais e melhores empregos, investindo em sistemas de protecção social mais fortes e evoluindo para economias de baixo teor de carbono e para um futuro mais sustentável.

Os que tendem a servir-se da crise como desculpa para aumentarem os seus lucros e fortunas à custa dos trabalhadores/as terão de enfrentar a resistência dos sindicatos europeus.

O NOVO CONTRATO SOCIAL PARA A EUROPA: AS EXIGÊNCIAS DA CES

Mais e melhores empregos: O investimento num vasto plano europeu de relançamento

Os decisores políticos europeus não são suficientemente ambiciosos na sua abordagem da crise. Muitos esperam que a recessão seja apenas um fenómeno temporário e que as fortes dinâmicas de crescimento voltarão rápida e automaticamente. Este é um erro grave. Somos confrontados com uma profunda crise do próprio modelo de capitalismo financeiro. Esta crise do “capitalismo casino” é estrutural. Não desaparecerá por si própria.

Com as dívidas contraídas em consequência dos créditos à habitação, o sector bancário e os negócios passaram a ocupar um lugar excessivo em muitos países e, ao nível do sector privado a despesa e o investimento manter-se-ão, provavelmente, em recessão durante muitos anos. A lógica de “destruição criativa” deixou de dominar. Actualmente, o que está em voga é a lógica de destruição em massa do emprego aliada à criação de empregos precários.

De forma a evitar este cenário de tragédia, a Europa necessita de accionar uma nova dinâmica para o crescimento e o emprego. Investir no combate às mudanças climáticas em prol de um futuro verde e sustentável para a Europa incentivará o crescimento e criará milhões de novos empregos.

A CES exige que o Conselho Europeu e a Comissão criem um plano europeu de investimento que represente 1% anual do PIB, durante os próximos 3 anos. As possibilidades de investimento a nível europeu existem em áreas como as energias renováveis, as tecnologias não poluentes, a poupança de energia, as infra-estruturas e redes materiais e sociais, os materiais de futuro, havendo a necessidade de optar por sistemas de transporte não poluentes e por veículos modernos. Estes investimentos deverão constituir a base de uma nova estratégia empresarial europeia que assegure uma rápida e equilibrada transição para uma economia de baixo teor de carbono e um futuro mais sustentável.

De modo a evitar uma sobrecarga nas finanças públicas dos Estados-Membros e a ultrapassar o facto de vários de entre eles não terem acesso a financiamentos abordáveis, este esforço de investimento deverá ser suportado a nível europeu. O orçamento europeu deverá ser reforçado através da capacidade do Banco Europeu de Investimento em adquirir crédito nos mercados internacionais de capitais, sendo que esta operação terá de ser apoiada pelos bancos centrais europeus, que funcionarão como garantes, adquirindo acções da dívida pública sobre estes empréstimos.

Caso estes investimentos sejam realizados a partir do início do próximo ano podemos ter esperança que seja evitável grande parte do aumento do desemprego previsto para 2010. Além disso, estes investimentos terão um efeito multiplicador, estimulando a actividade económica e o emprego ao longo do tempo, levando assim a uma redução das taxas de desemprego no decurso dos próximos anos.

Mais segurança: Sistemas de protecção social mais fortes

A Europa corre o risco de cair no desemprego em massa, o que acarretará consequências gravíssimas.

Os trabalhadores com empregos “precários” são os primeiros a serem atingidos. Os contratos de trabalho a termo certo, que ascendem actualmente a 15% ou até mais do total dos contratos de trabalho, não obstante o seu contributo para a actividade económica da Europa, são alvo do “despedimento fácil” a que tantos empregadores teimam em recorrer. Ao mesmo tempo, os trabalhadores com contratos precários não são suficientemente compensados pela flexibilidade que proporcionam às empresas. Apesar de serem os primeiros a serem despedidos, os trabalhadores com contratos a termo certo e os trabalhadores temporários, normalmente, não usufruem totalmente ou em parte do acesso ao subsídio de desemprego bem como a outras possíveis compensações. Não têm, ainda, acesso a regimes de pensões complementares por parte das empresas e auferem salários inferiores aos dos trabalhadores efectivos.

Para além disso, inspirados no slogan “os trabalhadores que paguem a crise”, muitos Estados-Membros reduziram, ao longo da última década, os níveis dos benefícios bem como a sua duração, dificultando ainda o acesso aos sistemas de protecção no desemprego, baseando-se na teoria de que teriam atingido o núcleo duro do desemprego estrutural. No entanto, a crise veio alterar radicalmente esta perspectiva: os trabalhadores qualificados recorrem em massa aos sistemas de protecção no desemprego, mas vêem-se confrontados com o facto de que os sistemas actualmente em vigor tanto no que respeita aos níveis dos benefícios como à sua duração, deixaram de garantir o acesso a uma vida digna.

Finalmente, o desemprego em massa já não se limita a ser um fenómeno ligado aos trabalhadores precários; actualmente, afecta toda a força de trabalho. Para alguns, o período de desemprego será curto e temporário. Para outros, o desemprego tornar-se-á uma experiência regular e permanente. Os trabalhadores de mais baixas qualificações e aqueles que no mercado de trabalho se encontram em situações de inserção mais frágeis, ficarão particularmente vulneráveis.

Para enfrentar todos estes desafios, a CES exige uma renovação da Europa Social. Necessitamos urgentemente de uma Agenda Social Europeia forte e com conteúdo que abranja as seguintes políticas:

De modo a manter os empregos existentes e a evitar os despedimentos em massa a Europa necessita de generalizar os regimes de trabalho com horários reduzidos, desde que lhes sejam garantidos uma remuneração digna. Estes esquemas deveriam também servir de base aos modelos de flexigurança interna em que se combinem aspectos como a segurança do trabalho, a flexibilidade dos horários, a formação e o acesso a melhores carreiras profissionais dentro da mesma empresa;

Os sistemas de protecção no desemprego deverão ser reforçados e alargados. As taxas de substituição, os critérios de elegibilidade e os limites da duração do subsídio necessitam de urgente revisão e melhoria. Deverá ser dada especial atenção aos trabalhadores/as com contratos precários, sendo que muitos deles são jovens, mulheres, minorias étnicas ou trabalhadores migrantes, assegurando-lhes um acesso adequado aos sistemas de protecção social.

Ao mesmo tempo, os Estados-Membros devem reforçar o investimento em formação, em acções de reciclagem e em programas activos para o mercado de trabalho. O desemprego deverá ser aproveitado como uma oportunidade para todos os trabalhadores actualizarem as suas competências e terem acesso à aprendizagem ao longo da vida, com particular atenção às políticas de emprego necessárias para acompanhar as transições do mercado de emprego para uma economia mais respeitadora do ambiente;

Mesmo que os salários acordados por via da negociação colectiva sejam respeitados, os Estados-Membros necessitam também de reforçar o investimento nos serviços públicos, em especial, nos serviços sociais de interesse geral. O envelhecimento da população, a redução das assimetrias de género no emprego e a necessidade de melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar, requerem maiores esforços públicos em diferentes serviços sociais, como por exemplo, nos cuidados de saúde, nos serviços de assistência aos idosos e às crianças. Também aqui, o desemprego deve constituir uma oportunidade para aumentar o emprego nestes sectores e responder às carências sociais urgentes numa base qualitativa, evitando que a crise se torne um alibi para afastar as mulheres de um trabalho remunerado, empurrando-as para um trabalho doméstico não remunerado ou para o voluntariado.

Com uma nova geração de jovens a entrar no mercado de trabalho onde a hipótese de encontrarem emprego é francamente pobre, torna-se urgente oferecer a esta nova geração a garantia de um posto de trabalho, de mais educação ou formação, de uma aprendizagem ou de serviços de interesse para a comunidade.

Mais segurança: Direitos mais fortes para os trabalhadores e o fim do predomínio do princípio do “mercado livre” sobre o direito de organização e de acção dos trabalhadores

Os direitos dos trabalhadores/as não constituem parte do problema; são parte da solução. É urgente reforçar os direitos dos trabalhadores/as como forma de pôr fim à

lógica perversa que tem prevalecido desde há muitos anos. As reformas adoptadas com o objectivo de enfraquecer o poder negocial dos trabalhadores/as causaram profundas “brechas” nos interesses adquiridos. À medida que o peso dos salários e das remunerações no total do rendimento nacional sofreu uma redução, a percentagem dos lucros aumentou sistematicamente. As desigualdades salariais agravaram-se, não apenas no mundo anglo-saxónico, mas também em muitos países da Europa continental.

As reformas do mercado de emprego também têm contribuído para uma utilização crescente de diferentes formas de trabalho atípico. Apesar dos princípios consagrados no acervo social europeu – segundo o qual os contratos precários devem ser a excepção e não a regra – uma quantidade inaceitável de contratos a prazo de duração determinada continua a existir enquanto que o trabalho temporário é por vezes utilizado como forma de concorrência salarial entre trabalhadores, em importantes regiões europeias. Este tipo de práticas não tem qualquer relação com a necessidade objectiva de adaptação do mercado de trabalho, mas implica o risco de transformar empregos fundamentalmente estáveis e produtivos em empregos precários e mal remunerados.

É necessário reforçar os direitos dos trabalhadores para pôr fim a esta tendência para as desigualdades e para a precariedade, ambas crescentes, e transformar a nossa sociedade num “todo” harmonioso. O reforço dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras contribuirá para a substituição das dinâmicas da procura baseadas na “bolha dos activos” por um modelo de crescimento alicerçado no investimento produtivo e não no especulativo.

A CES exige:

- Um Protocolo de Progresso Social que dê a primazia aos direitos sociais fundamentais sobre as liberdades económicas do Mercado Único. Este engloba os direitos sindicais de organizar os trabalhadores/as, de negociar e de decretar uma greve.
- Uma revisão da Directiva sobre o destacamento de trabalhadores que consagre os princípios da “igualdade de tratamento” e de “salário igual para trabalho de igual valor”.
- O estabelecimento de um sistema de resolução de conflitos e a criação de um Gabinete específico no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, com a participação dos parceiros sociais, dedicado aos problemas sociais e laborais.
- O reforço do conteúdo do Acordo Tripartido de Concertação Social e do Diálogo (Social) Macro Económico.

■ Uma consulta adequada aos Parceiros Sociais Europeus no quadro do Artigo 138 CE para todas as propostas (legislativas) que possam ter um impacto e/ou digam respeito à política social em geral e aos direitos dos trabalhadores e dos seus representantes, em particular.

■ Uma mais forte participação dos trabalhadores/as no sistema democrático da empresa que lhes permita ter uma palavra a dizer na gestão da crise actual, ao nível da empresa, a fim de se evitar o recurso massivo ao lay off e prevenir futuras reestruturações. Os direitos de participação devem tornar-se uma parte constitutiva e integrada de qualquer gestão empresarial e do direito europeu das sociedades. Um envolvimento mais amplo dos trabalhadores/as nas políticas da empresa pode evitar não só um estilo de gestão centrado em objectivos de curto prazo com efeitos prejudiciais para os trabalhadores/as como contribuirá, ainda, para a sustentabilidade da empresa a longo prazo.

■ Combater a segmentação dos mercados de trabalho pela melhoria da protecção nos contratos precários implica uma rápida decisão sobre a Directiva das Agências de Trabalho Temporário. Acresce que a implementação, a nível nacional, do Acordo Europeu sobre contratos de trabalho a termo certo de 1999, necessita de ser reforçado em vários países. Finalmente, um instrumento legal europeu que garanta que os principais contratantes sejam co-responsáveis com os sub-contratantes pelo pagamento dos salários e das contribuições para a segurança social, urge ser desenvolvido.

Melhores Salários: O reforço da negociação colectiva

O colapso da dinâmica salarial teria piorado mais ainda a situação da Nova Depressão. Contrariando o mito que, na Europa, tanto a política salarial como a negociação colectiva são rígidas, o que existe é o perigo da passagem de restrições salariais para uma diminuição dos salários, originando uma baixa da inflação que acabe por ter um efeito deflacionista. Neste caso, teremos então autêntica espiral descendente. Uma queda continuada dos preços arrastará uma diminuição do consumo e do investimento ao mesmo tempo que fará subir as taxas de juro, tudo isto num contexto de recessão caracterizado por um endividamento excessivo do sector privado. Uma deflação da dívida, semelhante à de 1930, seria muito provável.

A fim de evitar aos trabalhadores/as europeus cortes salariais concorrenciais e, desta forma, originar a deflação e a depressão, a CES exige o reforço da negociação colectiva e dos sistemas de formação de salários. Congelamentos salariais e cortes no salário nominal devem ser totalmente rejeitados. Ao invés, deve-se lutar pelo aumento dos salários reais tendo como objectivo que estes constituam uma base para a estabilidade dos preços neste período de ameaça de deflação.

No contexto da Estratégia Europeia para o Emprego, é necessário desenvolver um quadro europeu que assegure salários “justos e dignos”. Este objectivo consiste em

encorajar os Estados Membros a, conjuntamente com os parceiros sociais a nível nacional, implementarem políticas e práticas de negociação colectiva que estabeleçam patamares mínimos fortes para as dinâmicas salariais. Isto implica o estabelecimento de patamares mínimos para os salários mais baixos que garantam uma base salarial mínima para o mercado de trabalho abaixo da qual os salários não poderão cair, evitando assim uma situação em que os mais baixos salários se transformem em salários de miséria. Acima de tudo, também implica o respeito e a promoção de percentagens salariais crescentes e de aumentos salariais obtidos por acordos de negociação colectiva.

É, igualmente, necessário travar a prática perversa que consiste em recompensar os banqueiros e os quadros executivos de topo pelo fracasso e por colocarem em risco, ainda por cima, a respectiva empresa ou banco através do pagamento de dividendos exagerados, aquisição de acções e de um endividamento excessivo. Assim, não é apenas necessário mas urgente que, ao nível europeu, se implemente um vasto conjunto de medidas para acabar com as remunerações e gratificações exageradas dos quadros executivos de topo, de fundos e “paraquedas dourados” bem como o pagamento de dividendos exacerbados e de operações de aquisição de acções.

A solidariedade europeia como protecção contra os excessos do capitalismo financeiro

Os mercados financeiros e as agências de notação de Wall Street estavam completamente errados ao encorajarem o investimento de todas as poupanças no que agora se consideram “activos tóxicos”. Não devemos confiar nestes mercados nem na sua tendência para contrariar as economias socialmente correctas uma vez que agora estão a aumentar os “spreads” das taxas de juro de vários membros contra as obrigações alemãs. Esta actuação é uma verdadeira sobrecarga para as finanças públicas e isto numa altura em que os governos necessitam de incrementar o acesso a empréstimos abordáveis a fim de gerirem as consequências sociais e económicas da crise.

Ao mesmo tempo, o FMI, em troca de empréstimos de emergência, está a forçar os países a cortarem nos salários, no emprego público e nos custos sociais. Estes programas de ajustamento estrutural causam um agravamento da crise ainda maior e a cura preconizada pelo FMI pode ser pior do que a doença. O Fundo da Balança de Pagamentos da Comissão é acessível apenas se os países implementarem as reformas impostas pelo FMI. Neste sentido, a própria Comissão contribui para o enfraquecimento do Modelo Social Europeu em diversos Estados-Membros.

Uma outra ameaça para a Europa Social é a concorrência fiscal originada pela desregulação dos mercados financeiros internacionais. Num quadro de livre circulação de capitais, os grupos internacionais têm poder para colocarem os Estados-Membros uns contra os outros e dirigirem os fluxos financeiros e do investimento para os países onde lhes oferecem melhores condições. No passado,

este facto conduziu à concorrência fiscal entre os Estados-Membros que tentavam atrair fluxos de investimento sendo que a evolução da actual crise pode acelerar ainda mais este tipo de política do “cada um por si”. Portanto, mais um factor que ameaça minar a receita orçamental e limitar as possibilidades dos governos de enfrentarem a crise. A Europa não pode assistir impávida a todos estes acontecimentos. Não criámos uma moeda única para continuarmos à mercê dos aspectos mais nefastos dos mercados financeiros internacionais.

Para começar, o Fundo da Balança de Pagamentos da Comissão Europeia, que representa actualmente 50 biliões de euros, deveria ser movimentado separadamente do FMI. As condicionalidades do FMI devem ser substituídas por condicionalidades europeias: os apoios financeiros para os Estados-Membros têm de garantir que o Modelo Social Europeu seja respeitado em toda a sua dimensão, isto é, no qual a justiça redistributiva, fortes direitos para os trabalhadores/as e sistemas fiscais justos, ocupem um lugar prioritário.

O jogo da concorrência fiscal no mercado interno, comprometendo as receitas base dos governos, tem de parar. Precisamos urgentemente de uma agenda europeia que inclua os paraísos fiscais, os impostos de nível zero ou próximo do zero, os regimes fiscais vulneráveis bem como uma coordenação rigorosa, a nível fiscal, dos lucros das empresas, impostos sobre os lucros do capital e impostos sobre as grandes fortunas.

Neste campo, a Europa precisa de dar outro passo em frente. A Europa só pode enfrentar esta crise, se se mantiver unida. Isto implica um maior aumento dos custos sociais europeus, alargando o âmbito dos Fundos Sociais Europeus e do Fundo Europeu para o Ajustamento à Globalização, tendo a certeza de que todos os trabalhadores/as em todos os países e regiões têm uma rede de segurança social a que possam recorrer. Na mesma linha, a Europa também precisa de implementar um fundo para uma “adaptação a uma economia de baixo teor de carbono” a fim de acompanhar as alterações do mercado de trabalho causadas pela luta contra as alterações climáticas (apoiando a mobilidade e a formação em empregos verdes). É imprescindível que o orçamento europeu, que representa actualmente menos de 1% do PIB comunitário europeu, seja reforçado. A CES propõe que isso seja feito pela introdução de impostos a nível europeu, como por exemplo, um imposto sobre a especulação financeira ou um imposto sobre os altos dividendos dos depósitos.

Finalmente, a Europa não pode limitar-se a coordenar as autoridades reguladoras dos mercados financeiros nacionais. O mercado financeiro europeu local necessita de um único regulador a nível europeu, juntamente com uma regulamentação eficaz para os fundos especulativos e as sociedades de investimento em capital de risco, o registo obrigatório e a supervisão das agências de notação de crédito e de uma agência de notação de crédito europeia. A nível internacional, a Comissão deverá desempenhar um papel de liderança na construção de uma nova arquitectura financeira global, transparente e responsável, envolvendo o Quadro de Estabilidade Financeira, o G20, o FMI e o Banco Mundial, bem como a OIT. Os parceiros sociais

têm de estar estreitamente envolvidos, tanto no plano europeu como no internacional.

Um Banco Central Europeu independente e imparcial empenhado também em mais e melhores empregos.

A CES defende firmemente a moeda única europeia. O euro trouxe muitas vantagens à Europa.

No entanto, a forma como o BCE tem lidado com a crise é decepcionante. O BCE deveria ter diminuído as taxas de juro mais cedo e com mais vigor para afastar o colapso económico. Mesmo agora, com a economia numa recessão profunda e com o espectro da iminência da deflação, o BCE continua a resistir na utilização de todos os instrumentos de que dispõe para estimular a economia. Temendo mais uma vez que a inflação esteja “ao virar da esquina”, o BCE está relutante em adoptar um "abrandamento quantitativo" e a baixar as taxas de juro das obrigações do tesouro a fim de criar mais espaço para o incentivo fiscal.

O desequilíbrio a favor de políticas de combate à inflação também pode levar o BCE à opinião errada de que a desregulamentação do mercado de trabalho e o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores/as são necessários para a criação de empregos. Ao longo dos últimos anos, o BCE tem, efectivamente, atacado instituições públicas que defendem os interesses dos trabalhadores tais como o salário mínimo, a indexação salarial, os salários do sector público e legislação de protecção ao emprego.

O euro é demasiado importante para ser deixado ao critério dos responsáveis pelos bancos centrais. Nesse sentido, a CES exige um conselho consultivo de parceiros sociais europeus para o Banco Central Europeu. Os responsáveis dos bancos centrais não podem continuar a isolarem-se numa torre de marfim; precisam de ser confrontados com a realidade económica e não há melhor maneira para o fazer do que ter contactos regulares e sistemáticos e discussões com as organizações de trabalhadores e de empregadores.

Por último, o Banco Central Europeu tem de resolver a preocupante tendência das altas taxas de juro na Zona Euro. Baixas taxas, sem praticamente existirem diferenças entre elas, constituíram uma das principais vantagens da criação da moeda única e actualmente esta vantagem desapareceu. O BCE tem os meios para restabelecer este benefício da moeda única através da compra de obrigações cujas taxas de juro apresentem os “spreads” mais distantes das dos alemães.

Nota: Tradução da responsabilidade da UGT, baseada nas versões inglesa e francesa